

SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA;

SENHORA MINISTRA DA JUSTIÇA, ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS E RELIGIOSOS;

SENHORES DEPUTADOS - MEUS PARES;

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES;

EXCELÊNCIAS.

Permitam-me que manifeste a minha gratidão à Senhora Presidente da Assembleia da República, por ter-me concedido esta ocasião de me dirigir, pela primeira vez, através deste pódio da Casa do Povo, aos moçambicanos para falar de questões que preocupam a nossa população.

Mas antes, dirijo uma saudação especial à Sua Excelência **Filipe Jacinto Nyusi**, Presidente da **FRELIMO** e Presidente da República de Moçambique, pelo seu comprometimento e coragem nas acções de busca incessante da Paz, tranquilidade e bem-estar dos moçambicanos, tendo o diálogo como sua arma fundamental.

Bem-haja Presidente Filipe Jacinto Nyusi.

Excelências,

Pedi a palavra para me juntar aos colegas que me antecederam, participando no debate do Relatório da Comissão de Petições, Queixas e Reclamações, 8ª Comissão, à II Sessão Ordinária da Assembleia da

República, nesta IX Legislatura submetido nesta Magna Casa do Povo à luz do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 92 do Regimento da Assembleia da República que impõe a Comissão, elaborar, periodicamente, um relatório de análise do grau de satisfação das preocupações expressas pelos cidadãos por via das petições enviadas à Assembleia da República.

Da análise que fiz ao relatório em apreciação, conclui haver um crescimento em termos de número de cidadãos que, de ano para ano, recorrem à Assembleia da República para verem repostos os seus direitos que consideram lesados.

Em resposta a esta preocupação, a Comissão de Petições, Queixas e Reclamações à Luz da Resolução saída do debate do Relatório apresentado na I Sessão Ordinária, em todo país foram realizadas 156 audições parlamentares, das quais 134 a nível das províncias e 21 a nível central, sendo 63 aos peticionários e 91 às entidades visadas.

A Comissão de Petições, Queixas e Reclamações fez as devidas diligências e ouviu, em audiências, aos peticionários e dirigentes das Instituições aparentemente envolvidos com vista a apurar os factos. Igualmente, a Comissão fez o acompanhamento de casos anteriormente sancionados para apurar o nível da sua execução. Este exercício propiciou a emissão pela Comissão, de pareceres para cada caso averiguado em conformidade com a Lei 26/2014, de 23 de Setembro, Lei que Regulamenta o Direito de apresentar petições, queixas e reclamações, verificando-se, nesta base, pareceres que podem ser considerados casos indeferidos, encerrados, para arquivo e

para acompanhamento, havendo outros que requeiram a sua remessa à Procuradoria-Geral da República.

Importa destacar que das 63 petições apreciadas pela 8ª Comissão, são propostas para encerramento 18 petições de queixas e reclamações resultado das diligências realizadas. Na minha província, Cabo Delgado por exemplo dos senhores: Vicente Biriante, Juma Abdala Antumane, Ex-Trabalhadores do Lar Moderno, Ibraimo Macuelo, Carlos Joaquim Niqueta e Sufo Incacha, isto é, fruto do trabalho coordenado com todas instituições intervenientes chegou-se ao desfecho destes casos.

O que me faz não resistir a saudar a pronta resposta das entidades dos órgãos centrais e locais convocados para as audições parlamentares com vista ao esclarecimento de cada caso.

Porém, com a crescente preocupação dos cidadãos verem suas petições, queixas e reclamações atendidas remete à Assembleia da República a multiplicar mais esforços na alocação de mais recursos materiais e financeiros à 8ª Comissão para que, esta, esteja à altura de responder, em tempo oportuno, as preocupações apresentadas pelos nossos concidadãos.

Excelências,

Antes de terminar a minha intervenção digno-me saudar o povo moçambicano pela sua determinação e empenho na implementação do Programa Quinquenal do Governo 2020/2024, através do seu envolvimento nas acções dos âmbitos económico, social e cultural, apesar das adversidades impostas pelos terroristas em Cabo Delgado,

ataques armados da junta militar da Renamo nas províncias de Manica e Sofala e das calamidades naturais que assolam o nosso país.

À população da Província de Cabo Delgado, meu Circulo Eleitoral e em particular, à população deslocada devido as barbaridades do terrorismo, dirijo palavras de esperança de um futuro risonho quando se constata o rigoroso empenho na construção das residências destruídas e o envolvimento na recepção e preparação dos campos de produção. Esta esperança é fortemente alimentada pela acção patriótica das nossas Forças de Defesa e Segurança, que tudo fazem em defesa das populações e seus bens.

Bem-haja as Forças de Defesa e Segurança.

A terminar, orgulho-me em concluir que, o Relatório da Comissão de Petições, Queixas e Reclamações retrata acções concretas e apostadas na solução dos casos remetidos nesta Magna Casa do Povo pelos concidadãos, dentro das disposições legais vigentes no nosso país e, por isso, convido a todos Deputados, meus pares, para a sua apreciação positiva.

UNIDADE, PAZ E DESENVOLVIMENTO

FRELIMO, A FORÇA DA MUDANÇA

Pela atenção dispensada,

O meu muito obrigado.

Maputo, Dezembro de 2020

O Deputado

Nunes Age Antage

Círculo Eleitoral de Cabo Delgado

Maputo, Dezembro de 2020.-